

Divulgação Científica e Lei de Biossegurança: as células-tronco

José Aparecido de Oliveira é jornalista e teólogo, Mestrando em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo.

E-mail: aparece@gmail.com.br

Resumo

O presente artigo faz parte de uma pesquisa explicativa, com metodologia comparativa entre textos da mídia massiva, na perspectiva da Análise de Discurso da linha francesa, que visa analisar os discursos especializados (científico, religioso, jurídico, jornalístico, político) presentes em artigos na mídia sobre a cobertura da Lei de Biossegurança, especificamente os artigos que tratam sobre as pesquisas com células-tronco. Inicialmente, serão analisados dois artigos opinativos, a partir dos quais pretende-se verificar o *modus operandi* da linguagem nestes discursos, sobretudo os aspectos ideológicos e as escolhas lexicais na formulação discursiva. Este estudo se ocupará também em avaliar, ainda que sucintamente, a natureza e as especificidades dos diferentes gêneros discursivos envolvidos na questão, uma vez reconhecido o caráter interdisciplinar das teorias pós-estruturalistas da linguagem, bem como o caráter interdisciplinar do embate que envolveu diferentes atores e grupos da sociedade. Os dados constam de artigos opinativos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, no primeiro semestre de 2005, principalmente os de autoria do jurista Ives Gandra da Silva Martins, juntamente com a bióloga molecular Lílian Piñero Eça, publicado em 08/06/05; e do então ministro da saúde, o médico psiquiatra Humberto Costa, publicado em 27/06/05.

Palavras-chave

Comunicação; Divulgação Científica; Análise de Discurso; Células-tronco; Bioética

Introdução

A difícil tarefa de transmitir ciência ao público leigo é e tem sido exercida não só por jornalistas, mas pelos próprios cientistas, educadores, autores de ficção científica, etc. Todos conscientes do desafio de partilhar um conhecimento antes restrito a pesquisadores, mediante recursos lingüísticos, retóricos e visuais, de forma a alcançar a audiência do grande público (EPSTEIN, 2001, p. 253).

Essa mediação entre especialistas e não-especialistas, realizada por estes profissionais com escolhas lexicais e formações discursivas próprias (FIORIN, 2001, p. 32), ganha maior destaque quando a divulgação científica precisa levar o debate científico ao grande público ou atraí-lo para o mesmo, pois nem só de declarações e feitos de cientistas se alimenta o noticiário sobre ciência e tecnologia (BELDA, 2003, p. 21).

É o que ocorreu, sobretudo nos primeiros seis meses de 2005, quando a sociedade brasileira debateu e a Câmara dos Deputados aprovou a Lei de Biossegurança, que autoriza, em território brasileiro, o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas destinadas à cura ou tratamento de doenças degenerativas.

O debate ético que envolveu as pesquisas com células-tronco trouxe para a arena do jornalismo científico formadores de opinião como juristas, religiosos, lideranças políticas, cientistas, jornalistas, além do público leigo, que enviou à redação comentários sobre os discursos emitidos em artigos nos jornais. Tal debate nos remete não somente à função informativa do jornalismo científico, mas também à sua função social, conforme Wilson BUENO (1984, p. 37), capaz de inserir a sociedade e os cientistas em um debate com vistas aos interesses e objetivos da produção científica.

Dada a heterogenia do discurso científico presente nesses artigos, bem como a noção de polifonia, surge um problema para a compreensão dos elementos discursivos da narrativa jornalística, sobretudo no embate ocorrido entre os diversos atores sociais sobre a liberação ou não de pesquisas com células-tronco embrionárias.

A presente pesquisa quer verificar/examinar como se constroem os diferentes discursos presentes no discurso jornalístico (discurso religioso, político, jurídico, científico, ético) sobre a Lei de Biossegurança, foram formulados e construídos a partir dos contextos específicos de seus emissores (bispo, ministro, jurista, cientista, jornalista, etc.), tendo em vista a apropriação social do discurso científico na medida em que o reformula segundo lógicas midiáticas em um discurso próprio, conforme BELDA (2003) e ZAMBONI (2001). A pesquisa se ocupará também em entender, qualitativamente, como se consubstanciam os artigos para o grande público em seu papel de formar opinião?

Outra pergunta inquietante passa pelo viés político das instituições que pressionaram ou tentaram persuadir a opinião pública, neste caso, a comunidade científica, a comunidade religiosa e qual delas obteve mais êxito em sua articulação discursiva?

Metodologia

A metodologia empregada será uma pesquisa explicativa, mediante um método comparativo, sob a perspectiva da análise crítica da linguagem e do discurso da comunicação jornalística, com ênfase na linha francesa. O *corpus* da análise se consubstancia de dois artigos opinativos publicados no jornal Folha de S. Paulo, emitidos por um jurista e por um político ligado ao governo, no mês de junho de 2005. Os principais focos destes artigos também poderão ser levantados, buscando encontrar qual o mais predominante: político, técnico, econômico, jurídico, ético, etc.

Dado o caráter interdisciplinar das teorias pós-estruturalistas da linguagem, este estudo optará também por investigar os diferentes domínios acadêmicos e constrangimentos pelos quais passaram a construção de sentido dos enunciados de diferentes sujeitos discursivos, comprometidos com o posicionamento ideológico de seus respectivos segmentos.

Partindo da premissa de que a Análise do Discurso, sobretudo as noções pós-estruturalistas da Linha Francesa, possui forte ênfase na relação entre linguagem e ideologia, a presente pesquisa partirá de uma revisão bibliográfica destes referenciais teóricos, passando desde os autores clássicos até as mais recentes releituras e trabalhos contemporâneos que cuidam da análise do discurso a partir da interação de um modo de enunciação e de um lugar social (FERREIRA, 2003, p. 263). Além da revisão da literatura, consultas a trabalhos recentes como teses, dissertações e demais pesquisas apresentadas em encontros acadêmicos poderão ser consultadas.

Apesar de que a epistemologia da Análise do Discurso tenha inicialmente centrado no discurso político como objeto de investigação, tendo como noção fundante o conceito de ideologia, esta pesquisa pressupõe ser necessário retomar esta noção, dado ser um conceito produtivo para a investigação (POSSENTI, 1988, p. 25). Como afirmou Eni ORLANDI (1983, p. 107), em que “o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso”.

A análise do discurso nos estudos atuais está em um terreno de encontro de disciplinas (FERREIRA, p. 263). Essa interdisciplinaridade reforça também a necessidade de uma revisão bibliográfica para estudar os diferentes discursos encontrados no discurso de divulgação científica, uma vez que os discursos religioso, jurídico, político, etc, possuem características discursivas próprias.

(...) uma série de atores sociais que se apropriam de trechos do discurso científico para apoiarem publicamente seus discursos, persuasivos no sentido de seus interesses. E, ao envolver interesses opostos, o debate público instalado por esses atores sociais dinamiza, do ponto de vista retórico, argumentativo, o noticiário científico, que passa a influenciar as decisões de política científica. (BELDA, 2003:21)

Este interesse interdisciplinar será útil, pois o *corpus* da pesquisa abrange discursos especializados emitidos em artigos assinados por diferentes autoridades que se inseriram no debate sobre a pesquisa com células-tronco. Neste embate, cada discurso especializado trouxe para si a autoridade da comunidade que representa, o que corrobora para a noção de persuasão.

Quadro 1 – Objetos de Estudo

- Artigo 1 – MARTINS, Ives Gandra da Silva; EÇA, Lílian Piñero. Verdade sobre células-tronco embrionárias. **Folha de S. Paulo**, 8 jun 05. Opinião, p. A 3.
- Artigo 2 – COSTA, Humberto. Quem tem medo das células-tronco? **Folha de S. Paulo**, 27 jun 05. Opinião, p. A 3.

Se para CORACINI (1991, p. 45), ocorre na ciência uma dominação “com relação ao grande público, que se atemoriza diante da terminologia incompreensível e da sabedoria mítica, provocando uma reação de inferioridade e admiração”, muito mais se poderá observar no discurso emitido por um bispo católico, um juiz de última instância, um jornalista respeitado, etc.

Este recorte se justifica ao avaliarmos a validade da função social, segundo GNERRE (1998, p. 23), das linguagens especiais, que “excluem da comunicação as pessoas da comunidade lingüística externa ao grupo que usa a linguagem especial, e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial”.

A coleta de dados que compõem o *corpus* da pesquisa deverá também priorizar alguns documentos que estão citados implícita ou explicitamente nos artigos assinados, favoráveis ou não à pesquisa com células-tronco e cartas dos leitores. É o caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pelo ex-procurador-geral da República, Cláudio Fonteles

(ADIN Nº 3526), os documentos católicos como a encíclica papal *Evangelium Vitae* e *A Declaração sobre a Produção e o Uso Científico e Terapêutico das Células Estaminais Embrionárias Humanas*, o Tratado Internacional sobre Direitos Fundamentais de São José, dentre outros que possam corroborar o estudo das análises das formações discursivas especializadas no discurso de divulgação científica do recorte da pesquisa.

O contexto da Lei de Biossegurança

Um intenso debate ocorreu nos primeiros seis meses de 2005. Especificamente a partir de 2 de março, quando a Câmara dos Deputados aprovou a Lei de Biossegurança, que autoriza, em território brasileiro, o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas destinadas à cura ou tratamento de doenças degenerativas. A discussão envolveu cientistas, juristas, políticos, jornalistas especializados em divulgação científica, líderes religiosos, o público leitor da mídia especializada e, sobretudo, pacientes de doenças degenerativas, que passaram a ser utilizados como cabos eleitorais para pressionar o Congresso.

A questão tecnocientífica com potencial de afetar a vida de cidadãos comuns, foi monopolizada pela luta de dois partidos extremos que alienavam o grande público. De um lado estavam os que se julgavam “defensores do direito à vida”, na maioria católicos e que propunham o uso das células adultas e, de outro, “progressistas” que vislumbravam o avanço da ciência e a cura de diversas moléstias a partir das pesquisas com as células embrionárias.

Como o congresso se rendeu à pressão dos que advogavam o “progresso da ciência”, restou ao primeiro grupo uma estratégia jurídica. É justamente neste ponto que o embate tornou-se mais acirrado, quando o então procurador-geral da República, Claudio Fonteles, entrou com ação de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra o artigo da Lei de Biossegurança que autoriza a utilização de células-tronco de embriões humanos para pesquisa ou tratamento de doenças.

Artigo 1 – Fragmento 1

Declara a Constituição que o direito à vida é inviolável. O tratado internacional sobre direitos fundamentais de São José determina que a vida começa na concepção e que a pena de morte é condenável tanto para o nascituro como para o nascido. E o Código Civil impõe que todos os direitos do nascituro sejam garantidos desde a concepção.

No fragmento acima, o tributarista Ives Gandra Martins, co-autor do artigo, inicia uma apologia da ação impetrada pelo procurador-geral, Claudio Fonteles, católico praticante, alegando que a mesma é “irrepreensível” do ponto de vista jurídico. Recorre à constituição para embasar o raciocínio do direito à vida, ao documento de São José e até ao Código Civil.

Artigo 1 – Fragmento 2

Há total descontrolo das células embrionárias, surgindo diferenciações em tecidos distintos nas placas de cultura, com o que se poderia estar renovando experiências atribuídas a Frankstein.

Já no fragmento acima, o argumento jurídico dá lugar ao “discurso científico”, quando é possível perceber argumentos da bióloga molecular Lílian Piñero Eça, co-autora do artigo. Apesar de elencar dez razões científicas para condenar a pesquisa com células embrionárias, o texto introduz curiosamente uma referência à conhecida obra literária Frankstein, de Mary Shelley.

Artigo 1 – Fragmento 3

Como se percebe, em vez de o governo aplicar recursos na manipulação e eliminação de seres humanos, transformados em cobaias, como no nacional-socialismo alemão, poderia investir maciçamente na investigação das células-tronco do próprio paciente ou na dos cordões umbilicais.

Após recorrer a uma criação literária, cujo mito corresponde à derrocada da crença no iluminismo e no poder da ciência para eliminar os males da humanidade, a autora compara a pesquisa com células embrionárias à manipulação ocorrida nos campos de concentração sob o domínio de Hitler. Trata-se de outro argumento que caminha bem longe dos argumentos científicos que busca enumerar.

Artigo 2 – Fragmento 1

Há um universo de possibilidades terapêuticas para o uso de células-tronco... como o tratamento de doenças genéticas e de doenças auto-imunes... e vítimas de doenças neurodegenerativas, como o mal de Alzheimer e esclerose.

Neste primeiro fragmento, o médico psiquiatra Humberto Costa compartilha da expectativa de que a pesquisa com células-tronco irá trazer cura e tratamentos para muitas enfermidades incuráveis. Essa crença, comum aos pesquisadores, é utilizada para qualificar os adversários da pesquisa com células-tronco de inimigos da cura de doenças degenerativas e da reabilitação de paraplégicos.

Artigo 2 – Fragmento 2

Considerando o caráter laico do Estado brasileiro, estou certo de que o Supremo Tribunal Federal deverá julgar pela improcedência de argumentação a ADIN apresentada pelo procurador-geral.

A questão religiosa também aparece neste segundo fragmento do artigo do ministro Humberto Costa. Sabedor que seus oponentes recorrem a documentos e posturas da Igreja Católica, bem como argumentos a favor do “direito à vida do embrião”, o ministro se opõe à estratégia de recorrer à Igreja para tratar de assuntos que ele julga dever de um Estado laico. O argumento visa desclassificar a fundamentação religiosa de seus oponentes na questão científica.

Artigo 2 – Fragmento 3

Pois junto-me a eles, pesquisadores, como ministro e cidadão, nessa nova fronteira da ciência e da medicina voltada para a saúde de todos.

O fragmento acima é a frase que fecha o artigo do ministro Humberto Costa. Nele transparece um entusiasmo, com vistas a envolver o leitor, com as possibilidades de cura e avanço científico que só podem ser acessadas por aqueles que transpuserem a “nova fronteira” que opõe atrasados e modernos, contrários e favoráveis ao mito das possibilidades infinitas da ciência.

Considerações Finais

Podemos perceber as injunções e coerções que acompanham os artigos em questão. Ao se posicionarem contra ou a favor das pesquisas com células-tronco, os articulistas estão constrangidos a emitir posições que correspondem aos grupos e poderes do qual fazem parte. Para MAINGUENEAU (2001), “um enunciado livre de qualquer coerção é utópico”.

GNERRE (1998, p. 19), segue a mesma linha ao afirmar que a linguagem é uma forma de poder. Fruto dessa reflexão são as formações discursivas, uma vez que o homem surge como assimilador dos discursos e construtor de seus próprios, reagindo lingüisticamente aos acontecimentos (FIORIN, 2001, p. 32).

Os articulistas, ao escolherem estratégias discursivas, fazem uso de elementos até mesmo contraditórios devido ao posicionamento que ocupam na sociedade ou no grupo a que pertencem. Não apenas a coerção, mas principalmente uma intencionalidade transparece na escolha de argumentos, mesmo que possam ser considerados fundamentalistas ou de pouca consistência jurídica ou científica. O uso que fazemos da língua, o discurso é, assim, a função de uso da língua em determinado contexto, materialmente relacionado às intenções dos falantes, por isso, a intencionalidade não existe como uma condição “psicológica pura” para a existência do discurso (CHAMARELLI FILHO, 2002).

Os dois artigos analisados também apontam para o caráter dialógico do discurso (BAKHTIN, 1997). São discursos que se relacionam com discursos enunciados anteriormente, bem como os documentos e idéias a que fazem referência. E, mesmo sendo um discurso inserido no gênero da divulgação científica, ele se relaciona com o discurso religioso, jurídico, científico, etc. Esse caráter dialógico é também reforçado pela presença do recurso da polifonia, mediante a presença de várias vozes nos textos:

O diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas. No primeiro caso, o dos textos polifônicos, as vozes se mostram; no segundo, o dos monofônicos, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz (BARROS, 2003, p. 6).

Conforme Bakhtin, um enunciado, ao ser isolado do seu processo de enunciação e transformado numa abstração lingüística, perde o que tem de essencial, a sua natureza dialógica, pois a realidade fundamental da linguagem é o dialogismo. Para BRAIT (1997, p. 34), o dialogismo, como princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso, reforça o fato de que o discurso não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores e porque se “constrói” como um diálogo entre discursos, mantendo relações com outros discursos.

Os artigos analisados também podem ser vistos dentro de estratégias discursivas que visam angariar a simpatia da opinião pública, bem como interferir na futura decisão do

Supremo Tribunal Federal. As estratégias discursivas, que fazem uso de razões presentes em discursos religiosos, jurídicos e científicos, apontam para a intencionalidade dos autores e do posicionamento que marcam em relação ao fato abordado e ao grupo que pertencem dentro do quadro do embate. Trata-se do locutor que visa envolver o leitor por meio das estratégias adotadas.

“Todo texto se inscribe em uma situación comunicativa, que está determinada entre otras cosas por el propósito de lograr una finalidad que determina el tipo de influencia que la instancia de enunciación quiere tener sobre la de recepción” (CHARAUDEAU, 2003, p. 155).

Visão semelhante apresenta MAINGUENEAU (2001, P. 53), em que o discurso é orientado não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo, de maneira linear. O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se a algum lugar.

Apesar de seu caráter dialógico, os discursos pró e contra à pesquisa com células-tronco embrionárias são fundamentalistas no que diz respeito à sua base conceitual, ou seja, não estabelecem uma relação dialética com seus oponentes, nem permitem cosmovisão oposta, e recorrem a formulações que se afastam dos fundamentos conceituais de seu campo de atuação. São também constituídos, muitas vezes, de argumentos com fundamentações ético-religiosas oriundas de outros documentos ou saberes.

Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva:** elementos para uma abordagem do outro no discurso. São Paulo, 1982.

BACCEGA, M. A. **Do mundo editado à construção do mundo.** Em revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna, nº 1, set/dez, 1994.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 2a ed., São Paulo, Hucitec, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1992

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e Enunciação. In BARROS, Diana; FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade.** São Paulo: Edusp, 2003.

BELDA, Francisco Rolfsen. (2003) **Alimentos transgênicos e imprensa – um estudo do discurso jornalístico de divulgação científica.** Dissertação de Mestrado em Ciência da Comunicação, ECA-USP, São Paulo.

- BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- BUENO, Wilson. **Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. São Paulo: USP/ECA, 1884 (tese de doutorado).
- CALDAS, Graça. **Mídia, ciência, tecnologia e sociedade**. Disponível em <http://www.comtexto.com.br/>
- CALDAS, Graça. **Jornalistas e cientistas: a construção coletiva do conhecimento**. Em revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Umesp, n° 41, 2004.
- CHAMARELLI FILHO, Milton. **O que é (ou deve ser) discurso na análise do discurso?** Porto Velho: Editora UFRO, Ano I, 215, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. **El discurso de la información – La construcción del espejo social**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ, Campinas: Pontes, 1991.
- EPSTEIN, Isaac. **Divulgação científica em Ciência Hoje – resenha**. Em revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Umesp, n° 35, 2001.
- FERREIRA, G. M. **Contribuições da análise do discurso ao jornalismo**. Em Livro do XI Compós, Estudos de Comunicação. Porto Alegre, Sulina, 2002.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FOUCAULT, Michel. (1987). **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GONÇALVES, E. M. **Eliseo Verón: ecletismo e polêmica**. Em revista Comunicação & Sociedade, , São Bernardo do Campo: Umesp, n° 25, 1996.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**. Campinas: Pontes, 2000.
- ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2a ed., Campinas, Pontes, 1987.
- POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1991). **Curso de lingüística geral**. São Paulo, Cultrix.
- WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. (1994). **Investigações filosóficas**. Petrópolis, Vozes.
- ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica – subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

